

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****Questão 16**

As leis orgânicas dos municípios e do Distrito Federal fazem o papel de lei máxima nas localidades onde vigoram. Conforme a Lei Orgânica do município de Maringá, julgue os itens a seguir.

- I Compete ao município complementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- II É permitido ao Poder Executivo municipal outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado.
- III A Câmara Municipal pode legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 17**

De acordo com a Lei Complementar do município de Maringá n.º 677/2007, a lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, mesmo que localizados fora da zona urbana e definidos em lei municipal, quando forem destinados a

- A habitação, apenas.
- B prestação de serviços, apenas.
- C habitação, indústria, comércio e prestação de serviços.
- D comércio e prestação de serviços, apenas.
- E indústria e comércio, apenas.

**Questão 18**

Com relação à Lei Complementar do município de Maringá n.º 1.303/2021, assinale a opção correta.

- A Não é possível que haja variação nas alíquotas de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), no caso de imóveis prediais e territoriais.
- B As alíquotas do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) no município de Maringá poderão ser de, no máximo, 6%.
- C Será concedido desconto ao contribuinte que quitar, em um único pagamento, as taxas da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, relativos ao ano de 2022.
- D O contribuinte que quitar a contribuição para custeio do serviço de iluminação pública relativa ao ano de 2022 em um único pagamento terá desconto concedido em seu favor.
- E A taxa de licença para localização e de fiscalização de funcionamento será cobrada proporcionalmente ao tamanho do estabelecimento.

**Questão 19**

O princípio da legalidade deve ser observado nas hipóteses de isenção ou anistia, ou seja, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios devem seguir o processo legislativo. Acerca do tema, e considerando a Lei Complementar n.º 1.092/2017, assinale a opção correta.

- A Os imóveis cujo proprietário for pensionista com mais de sessenta anos de idade e com deficiência terão isenção de IPTU, desde que o imóvel tenha até duzentos e cinquenta metros quadrados.
- B A concessão de isenção, anistia ou redução de tributo dependerá de requerimento dirigido ao secretário de finanças de Maringá, não sendo o contribuinte obrigado a apresentar qualquer comprovante de renda familiar à autoridade fiscal.
- C Os imóveis particulares, quando forem cedidos gratuitamente a entidades estudantis regularmente constituídas, terão isenção de IPTU, desde que sejam destinados unicamente à prática de atividades inerentes às finalidades essenciais das referidas entidades de ensino.
- D O imóvel de propriedade de ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, destinado à residência própria e utilizado unicamente para fins de moradia, terá concedida isenção do IPTU.
- E Será concedida isenção de IPTU aos proprietários de imóveis particulares cedidos, em sua totalidade, para uso exclusivo da União, desde que haja compensação orçamentário-financeira deste ente federado ao proprietário do imóvel.

**Questão 20**

Os municípios e o Distrito Federal devem, obrigatoriamente, criar a própria legislação para instituir o ISSQN, sob pena de ficarem impedidos de cobrar o referido imposto. Nesse sentido, considerando a Lei Complementar n.º 1.092/2017, julgue os itens a seguir quanto aos requisitos cumulativos necessários para que seja possível a concessão de isenção do imposto mencionado quando a prestação de serviços envolver a construção de imóvel.

- I Bem utilizado exclusivamente para a residência do proprietário.
- II Área total edificada igual ou inferior a cem metros quadrados.
- III A edificação não faz parte de agrupamento ou conjunto de realização simultânea.
- IV O imóvel é a única propriedade do contribuinte com essa natureza no território municipal, comprovada mediante certidões negativas de propriedade nos cartórios de registro de imóveis.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 21**

De acordo com a Lei Complementar n.º 1.143/2019, os salões de beleza poderão celebrar contratos de parceria com os profissionais que desempenharem as atividades de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador. No que tange a esse tema, assinale a opção correta.

- A O salão-parceiro deverá ser constituído como pessoa jurídica na forma de microempreendedor individual.
- B A parceria entre o salão-parceiro e o profissional-parceiro deverá ser feita por meio de contrato e registrada na junta comercial no prazo de trinta dias.
- C Caberá à autoridade fazendária municipal eleger o sindicato que deve homologar o contrato de parceria ou assistir o profissional-parceiro.
- D A retenção e o recolhimento dos tributos e contribuições sociais e previdenciárias devidos pelo profissional-parceiro em decorrência da atividade de parceria não consta entre as obrigações do salão-parceiro.
- E As atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador poderão ser licenciadas para pessoas físicas na forma de autônomos.

**Questão 22**

A nota fiscal eletrônica é uma utilidade que auxilia a fiscalização tributária e a troca de informações entre os entes federados, tornando o trabalho do contribuinte e da autoridade fiscal mais rápido e simples. Dessa forma, com base na Lei do município de Maringá n.º 8.748/2010, assinale a opção correta.

- A Os prestadores de serviços que deixarem de emitir a NFS-e ficam sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária, aplicadas à nota fiscal convencional, independentemente do pagamento do imposto.
- B A emissão da nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e) não constitui confissão de dívida do ISSQN incidente na operação.
- C No sistema de utilização da NFS-e, não será dado tratamento diferenciado para o microempreendedor individual (MEI) e para as empresas enquadradas no Simples Nacional.
- D A insuficiência no recolhimento do ISSQN não sujeita o contribuinte à cobrança administrativa, restando ao município o uso da via judicial, uma vez que o Poder Executivo de Maringá ainda não regulamentou a referida lei.
- E A NFS-e constitui documento gerado e armazenado eletronicamente em sistema criado pela Secretaria da Receita do Brasil e acessado pelo próprio município de Maringá.

**Questão 23**

O município de Maringá criou o programa ISS tecnológico, destinado a incentivar a geração de empregos, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico das empresas prestadoras de serviços. A respeito do tema, assinale a opção correta.

- A Para poder participar do programa, as empresas interessadas deverão cumprir o requisito de pagamento retroativo do ISSQN correspondente ao período de vinte e quatro meses.
- B Poderão participar do programa tanto as sociedades anônimas, independentemente das atividades que desenvolvam, quanto as empresas optantes do Simples Nacional.
- C Para que a empresa possa se tornar beneficiária da imunidade do ISSQN pelo programa, precisará apresentar projeto de viabilidade econômica.
- D Os valores poupados com a imunidade deverão ser aplicados na capacitação de recursos humanos e aquisição de *softwares* em empresas estabelecidas em qualquer municipalidade do Paraná.
- E No caso de desaprovação do projeto, a empresa interessada poderá requerer a reconsideração da decisão na via administrativa, por meio de recurso próprio, no prazo de quinze dias.

**Questão 24**

Considerando a Lei Complementar n.º 116/2003, que dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) de competência dos municípios e do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

- I A alíquota mínima do ISSQN é de dois por cento e a máxima é de cinco por cento.
- II O ISSQN incide sobre as exportações de serviços ao exterior.
- III A incidência do ISSQN depende da denominação dada ao serviço.
- IV Não há incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) nos serviços taxados pelo ISSQN, ressalvados os casos em que os serviços incluam o fornecimento de mercadorias.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Apenas o item IV está certo.

**Questão 25**

Está incluído no recolhimento mensal, em documento único de arrecadação, referente ao Simples Nacional o(a)

- A ICMS devido por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado.
- B contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), no caso de pessoa jurídica optante pelo regime de lucro presumido.
- C ISSQN gerado na importação de serviços.
- D imposto sobre produtos industrializados (IPI) incidente na importação de bens.
- E imposto sobre a importação de produtos estrangeiros (II).

**Questão 26**

De acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006, o microempreendedor individual (MEI)

- A não pode optar pelo recolhimento de tributos abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais.
- B não constitui opção em que possa se enquadrar o empreendedor que exerça atividades de industrialização no âmbito rural.
- C está dispensado de comunicar a sua baixa aos órgãos da administração pública, quando feita via portal eletrônico.
- D está sujeito ao cancelamento automático de sua inscrição após cento e oitenta dias consecutivos sem recolher tributos.
- E está obrigado a apresentar relação anual de informações sociais à Receita Federal do Brasil (RFB).

**Questão 27**

Segundo a Lei n.º 8.137/1990, constitui crime funcional contra a ordem tributária

- A prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- B utilizar documento que deva saber falso ou inexistente.
- C fraudar a fiscalização tributária, omitindo operação de qualquer natureza em documento exigido pela lei fiscal.
- D falsificar qualquer documento relativo à operação tributável.
- E patrocinar, indiretamente, interesse privado junto a administração fazendária, na qualidade de servidor público.

**Questão 28**

Conforme disposto no Código Tributário Nacional, a definição de tributo abrange o (a)

- A multa por ato ilícito de natureza fiscal.
- B obrigação de fazer perante a fazenda municipal.
- C taxa cobrada em razão da concessão de serviços públicos.
- D prestação pecuniária compulsória.
- E princípio da livre iniciativa.

**Questão 29**

A respeito do ISSQN, nos termos do Decreto-lei n.º 406/1968, julgue os itens a seguir.

- I A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.
- II Não se admite o cálculo do imposto por meio de alíquotas fixas no caso de prestação de serviços na forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte.
- III No caso de exploração de rodovia, o cálculo do imposto depende do valor total correspondente à extensão integral da rodovia explorada.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 30**

Segundo a Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) n.º 140/2018, compõem a receita bruta das micro e pequenas empresas os(as)

- A ganhos líquidos de aplicações de renda fixa.
- B remessas de amostras grátis.
- C verbas de patrocínio.
- D juros moratórios e outros encargos auferidos em decorrência do atraso no pagamento de operações.
- E vendas de bens do ativo imobilizado.

**Questão 31**

Pode se beneficiar da condição de microempresa, segundo o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a pessoa jurídica

- A de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- B que seja filial, no país, de pessoa jurídica sediada no exterior.
- C constituída sob a forma de cooperativa de consumo.
- D que exerça atividade de seguros privados.
- E constituída sob a forma de sociedade por ações.

**Questão 32**

As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, previstas na Constituição Federal de 1988,

- A são de competência privativa dos estados da Federação.
- B poderão ter alíquotas *ad valorem* com base no valor aduaneiro.
- C incidem sobre qualquer receita de entidade sujeita a tributação.
- D excluem a possibilidade de equiparação das pessoas naturais a jurídicas.
- E podem incidir sobre a importação de produtos, mas não de serviços.

**Questão 33**

A definição de tributos e de suas espécies é matéria a ser tratada exclusivamente

- A por normativo da Receita Federal do Brasil.
- B por lei ordinária.
- C por ato administrativo.
- D por lei complementar.
- E pela Constituição Federal de 1988.

**Questão 34**

Relativamente ao Sistema Tributário Nacional, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem.

- I Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal, sendo graduados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.
- II Qualquer ente da Federação poderá estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- III O imposto municipal sobre propriedade predial e territorial urbana poderá ter alíquotas diferenciadas em função da localização do imóvel.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 35**

É competência dos municípios

- A decidir sobre a progressividade do imposto predial e territorial urbano em razão do valor do imóvel.
- B instituir imposto sobre a propriedade territorial rural.
- C fixar a alíquota de imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- D instituir imposto sobre imóvel pertencente a templo de qualquer culto.
- E criar contribuição para iluminação pública, desde que não cobrada na fatura desse serviço.

**Questão 36**

Nos termos da Constituição Federal de 1988, é vedado(a)

- A a instituição, pela União, de contribuição previdenciária extraordinária sobre os servidores públicos ativos.
- B tributar a produção e replicação industrial de fonogramas e videofonogramas musicais de autores brasileiros.
- C tributar imóvel pertencente a instituto educacional confessional vinculado a qualquer culto.
- D a instituição pela União, sem exceções, de imposto estadual ou municipal.
- E a incidência de contribuições de intervenção no domínio econômico sobre receitas decorrentes de exportação.

**Questão 37**

A capacidade legal do Distrito Federal para instituir impostos típicos dos estados e dos municípios é uma competência

- A privativa.
- B cumulativa.
- C comum.
- D residual.
- E especial.

**Questão 38**

No que se refere aos impostos de competência dos municípios, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

- I Um imóvel privado, locado a um culto de qualquer natureza para exercício de sua atividade fim, continua sendo objeto de incidência da tributação pelo imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).
- II É fato gerador do imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI) a cessão em garantia de direitos reais sobre o imóvel.
- III A forma como isenções, incentivos e benefícios fiscais sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) serão concedidos e revogados é objeto de lei complementar.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 39**

A alíquota máxima do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, é fixada

- A** pela Constituição Federal de 1988.
- B** pela Constituição Estadual.
- C** pelo Senado Federal.
- D** pela secretaria de fazenda estadual.
- E** pelo Congresso Nacional.

**Questão 40**

A seguir, são apresentados dados relativos às movimentações contábeis de uma sociedade comercial no último exercício contábil.

- lucro líquido do exercício R\$ 195.000
- despesa de depreciação R\$ 12.000
- dividendos pagos R\$ 85.000
- aumento no saldo de créditos a receber R\$ 50.000
- aumento no saldo dos estoques de mercadorias R\$ 50.000
- aumento no saldo de bens de caráter permanente R\$ 344.000
- aumento no saldo de empréstimos bancários R\$ 47.000
- aumento no saldo de contas a pagar R\$ 100.000
- aumento no saldo de obrigações sociais e tributárias R\$ 105.000
- aumento no capital social por integralização R\$ 150.000

Considerando-se que essas são as informações necessárias e suficientes para fins de levantamento da demonstração de fluxos de caixa pelo método indireto, é correto afirmar que o caixa gerado/consumido pelas atividades de financiamento terá sido de

- A** R\$ 112.000.
- B** R\$ 197.000.
- C** R\$ 207.000.
- D** R\$ 312.000.
- E** R\$ 344.000.

**Questão 41**

Para realizar o levantamento da demonstração do valor adicionado, o departamento contábil de determinada entidade apurou os seguintes saldos, cujos valores estão em reais.

receita bruta de vendas	561.792
devoluções e abatimentos	-23.408
impostos sobre vendas	-128.744
receita líquida de vendas	409.640
custo da mercadoria vendida	-280.896
lucro operacional bruto	128.744
despesas administrativas	-58.520
despesas financeiras	-11.704
receitas financeiras	17.556
lucro operacional	76.076
contribuição social sobre o lucro	-4.680
imposto de renda	-9.350
lucro líquido	90.106
<b>integravam as despesas administrativas do período</b>	
salários e comissões	8.512
serviços diversos	10.540
material de escritório	6.790
depreciação e amortização	4.920
impostos e taxas	1.170

Considerando-se que essas são as informações necessárias e suficientes para o levantamento da demonstração pretendida, é correto afirmar que o valor adicionado distribuído ao governo foi

- A** inferior a R\$ 90 mil.
- B** superior a R\$ 90 mil e inferior a R\$ 110 mil.
- C** superior a R\$ 110 mil e inferior a R\$ 130 mil.
- D** superior a R\$ 150 mil.
- E** superior a R\$ 130 mil e inferior a R\$ 150 mil.

**Questão 42**

Relativamente à elaboração do balanço patrimonial, conforme a legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens seguintes.

- I Deve ser reconhecido no balanço, no grupo ativo, o recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados, ressalvado que, para identificar o controle, a essência, e não a forma legal, deve prevalecer.
- II As contas a receber devem ser segregadas, entre outros fatores, em montantes a receber de clientes comerciais e de partes relacionadas.
- III Propriedades mantidas para investimento devem ser avaliadas pelo seu valor justo, ainda que a entidade opte por mantê-las registradas pelo seu valor de custo.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 43**

Um equipamento industrial foi adquirido, no início de dado ano, e reconhecido, inicialmente, pelo valor de R\$ 480 mil, tendo sua vida útil estimada em 60 meses, pois seria utilizado em três turnos de 8 h diárias, o que o faria sofrer depreciação acelerada. O valor residual do equipamento foi estimado em 10%. A depreciação foi calculada pelo método linear. Decorridos 30 meses, foi realizada uma avaliação do valor recuperável desse equipamento, tendo sido encontrados os valores realizáveis de R\$ 245 mil em uso, e de R\$ 255 mil para venda, já deduzidos os custos de venda.

Com relação a essa situação hipotética, nessas condições, após o teste de recuperabilidade e a sua contabilização, caso seja cabível, o valor contábil líquido do bem no imobilizado da indústria será de

- A R\$ 48 mil.
- B R\$ 240 mil.
- C R\$ 245 mil.
- D R\$ 255 mil.
- E R\$ 264 mil.

**Questão 44**

Uma indústria possui um *mix* de vendas composto de dois produtos, A e B. O produto A tem margem de contribuição de 80%, ao passo que o produto B tem margem de contribuição de 36%. Em dado período, a indústria faturou R\$ 1,5 milhão com o produto A, e R\$ 2,5 milhões com o produto B. Os custos e as despesas fixas totalizaram R\$ 1.837.500.

Com referência a essa situação hipotética, nessas condições, um crescimento de 50% no lucro será obtido se

- A a produção e a venda do produto B for interrompida.
- B as vendas crescerem 6,25%, mantidas as proporções atuais.
- C as vendas do produto A dobrarem, independentemente do que ocorrer com o produto B.
- D um grau de alavancagem operacional igual a cinco vezes for atingido.
- E um acréscimo de 10% no faturamento total ocorrer.

**Questão 45**

Os dados a seguir, constantes da tabela, referem-se aos custos incorridos no último período por uma confecção localizada no município de Maringá. A confecção utiliza uma taxa predeterminada para aplicar os custos gerais a sua produção. A taxa fixada para o período analisado foi definida em R\$ 25 por hora de uso de máquinas, tendo sido estimadas 21.000 h de uso de máquina. No período, apurou-se um uso efetivo de 19.400 horas-máquina.

custos gerais de produção incorridos	valor (R\$)
energia elétrica e água da fábrica	70.000
depreciação de máquinas e instalações industriais	240.000
seguro da fábrica	10.000
matéria-prima indireta	15.000
mão de obra indireta	130.000
IPTU da fábrica	8.000
<b>outros gastos com produção</b>	
matérias-primas adquiridas (direta e indireta)	400.000
custo de mão de obra direta	65.000

Nessa situação hipotética, o volume de custos gerais de produção sub ou superaplicados no período foi

- A inferior a R\$ 3 mil.
- B superior a R\$ 3 mil e inferior a R\$ 5 mil.
- C superior a R\$ 5 mil e inferior a R\$ 7 mil.
- D superior a R\$ 7 mil e inferior a R\$ 9 mil.
- E superior a R\$ 9 mil.

**Texto 10A04**

A seguir, é apresentado o balanço patrimonial de determinada entidade no ano X1 em comparação ao ano X0.

Ativo	X1	X0	passivo	X1	X0
Circulante	7.910	8.640	circulante	3.700	5.900
Disponível	250	340	contas a pagar	2.500	3.800
créditos a receber	3.060	2.900	empréstimos	1.200	3.100
estoques	4.600	5.400			
não circulante			não circulante	5.100	10.000
créditos a receber	2.100	3.900	patrimônio líquido	7.960	12.071
imobilizado	6.750	15.431			
total	16.760	27.971	total	16.760	27.971
<b>outras informações</b>					
				X1	X0
receita operacional líquida				40.000	58.000
lucro operacional líquido				1.850	2.330
ativo total médio				17.500	26.000

**Questão 46**

A partir das informações do texto 10A04, infere-se que, de X0 para X1, o indicador financeiro que apresentou uma melhora mais significativa foi

- A a liquidez imediata.
- B a liquidez corrente.
- C o capital circulante líquido.
- D a liquidez seca.
- E a liquidez geral.

**Questão 47**

Considerando o texto 10A04 e relativamente aos indicadores de rentabilidade e lucratividade da entidade no período analisado, julgue os itens seguintes.

- I O retorno operacional sobre o patrimônio líquido (ROE) cresceu mais de 25%.
- II O retorno sobre os investimentos (ROI), que é uma métrica que relaciona a margem de lucro obtida e o giro dos ativos, apresentou evolução favorável superior a 10%.
- III A margem operacional líquida (MOL) variou menos de 1%.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 48**

Nos termos da Constituição Federal de 1988, a competência para legislar sobre a criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas é

- A concorrente dos estados, Distrito Federal e municípios.
- B exclusiva da União.
- C exclusiva dos municípios.
- D privativa da União.
- E concorrente da União, dos estados e Distrito Federal.

**Questão 49**

A respeito das ações constitucionais, assinale a opção correta.

- A** Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), é cabível *habeas corpus* contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.
- B** A Defensoria Pública não é legitimada para a proposição do mandado de injunção coletivo.
- C** Segundo o STF, é inadmissível, por ausência de previsão legal, a impetração de *habeas corpus* coletivo.
- D** Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar, originariamente, o *habeas data* contra ato de ministro de estado.
- E** Segundo o STF, o impetrante não pode desistir do mandado de segurança.

**Questão 50**

Quanto ao conteúdo, as constituições podem ser

- A** rígidas ou flexíveis.
- B** sintéticas ou analíticas.
- C** promulgadas ou outorgadas.
- D** normativas ou semânticas.
- E** escritas ou não escritas.

**Questão 51**

Aplica-se a cláusula de reserva de plenário

- A** nos casos de normas pré-constitucionais.
- B** quando o tribunal utilizar a técnica da interpretação conforme a Constituição.
- C** à decisão de órgão fracionário de tribunal a qual, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afaste sua incidência, no todo ou em parte.
- D** quando do julgamento pela turma recursal do juizado especial.
- E** nas hipóteses de decisão em sede de medida cautelar.

**Questão 52**

O presidente da República encaminhou à Câmara dos Deputados um projeto de lei de sua iniciativa exclusiva. Após ampla discussão entre os deputados federais, foi apresentada emenda parlamentar.

Nessa situação, conforme a interpretação do STF, assinale a opção correta.

- A** É admissível emenda parlamentar nas hipóteses de lei de iniciativa exclusiva do presidente da República, desde que haja pertinência temática e que a emenda não acarrete aumento de despesa.
- B** É admissível emenda parlamentar nas hipóteses de lei de iniciativa exclusiva do presidente da República, independentemente de haver pertinência temática e de a emenda acarretar aumento de despesa.
- C** Não é admissível emenda parlamentar nas hipóteses de lei de iniciativa exclusiva do presidente da República.
- D** É cabível emenda parlamentar nas hipóteses de lei de iniciativa exclusiva do presidente da República, desde que seja subscrito por três quintos dos membros da casa legislativa.
- E** Não é admissível emenda parlamentar nas hipóteses de lei de iniciativa exclusiva do presidente da República, mas a eventual sanção presidencial convalidará o vício formal caracterizador da inconstitucionalidade da lei.

**Questão 53**

No que tange à ordem social, assinale a opção correta.

- A** O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao regime geral de previdência social (RGPS) a competência cuja contribuição for inferior à contribuição mínima mensal exigida para a sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições.
- B** É permitida a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca.
- C** As receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, e serão integradas ao orçamento da União.
- D** É obrigatória aos estados e ao Distrito Federal a vinculação, a fundo estadual de fomento à cultura, até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida para o financiamento de programas e projetos culturais.
- E** As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

**Questão 54**

Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- A** A inamovibilidade e a vitaliciedade são garantias dos membros da Defensoria Pública.
- B** Compete privativamente ao Senado Federal o julgamento do defensor público-geral federal nos crimes de responsabilidade.
- C** É função institucional do Ministério Público a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.
- D** A sabatina prévia pelo Senado Federal é requisito para a posse do advogado-geral da União.
- E** A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, independe de prévia autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

**Questão 55**

O preâmbulo da Constituição Federal de 1988, segundo a posição do STF,

- A** não é norma de reprodução obrigatória pelas constituições dos estados.
- B** é norma de reprodução obrigatória pelas constituições dos estados, devido à sua força normativa.
- C** constitui parâmetro para o controle de constitucionalidade.
- D** enfraquece a laicidade do Estado brasileiro, em razão da menção a Deus.
- E** possui destacada relevância jurídica.

**Questão 56**

Para que seja possível responsabilizar o Estado por atos legislativos inconstitucionais, é imprescindível que

- A** haja nexo causal entre a lei inconstitucional e o dano ocorrido.
- B** a lei tenha caráter genérico e abstrato.
- C** a inconstitucionalidade tenha sido reconhecida pelo Poder Legislativo antes de declarada pelo Poder Judiciário.
- D** a lei tenha sido promulgada pelo Congresso Nacional.
- E** tenha ocorrido vício de inconstitucionalidade material.

**Questão 57**

No direito administrativo, a técnica de convergência de competências administrativas em um único órgão da administração pública direta, sem divisões internas, destinada à realização de funções administrativas, é denominada

- A** monopólio.
- B** centralização.
- C** concentração.
- D** hierarquização.
- E** incorporação.

**Questão 58**

A Lei n.º 9.784/1999 expressamente determina que, no processo administrativo, a intimação para ciência do interessado, quanto à data de comparecimento a uma audiência, deve observar a antecedência mínima, em dias úteis, de

- A 5 dias.
- B 30 dias.
- C 3 dias.
- D 10 dias.
- E 15 dias.

**Questão 59**

Os atos administrativos devem ser realizados com a maior celeridade, presteza, qualidade e sempre em busca do melhor custo benefício. Esse conceito refere-se ao dever da administração pública de

- A agir.
- B economia.
- C probidade.
- D prestar contas.
- E eficiência.

**Questão 60**

De acordo com a Lei n.º 8.987/1995, é aplicável à concessão de serviço público a

- A delegação, mediante licitação, a pessoa jurídica, salvo se reunida em consórcio, por prazo indeterminado.
- B contratação direta, sem licitação, a pessoa jurídica, inclusive se reunida em consórcio, por prazo determinado.
- C delegação, mediante licitação, a pessoa jurídica, inclusive se reunida em consórcio, por prazo determinado.
- D delegação, mediante licitação, a pessoa jurídica, inclusive se reunida em consórcio, por prazo indeterminado.
- E contratação direta, sem licitação, a pessoa jurídica, salvo se reunida em consórcio, por prazo indeterminado.

**Questão 61**

Entre as formas de intervenção do Estado na propriedade privada, a expropriação da propriedade pelo cultivo ilegal de plantas psicotrópicas é considerada uma desapropriação

- A confisco.
- B rural.
- C urbanística.
- D por zona.
- E por interesse social.

**Questão 62**

Segundo a Lei de Improbidade Administrativa e as disposições doutrinárias a seu respeito, configura-se o ato de improbidade por enriquecimento ilícito, independentemente de

- A vantagem patrimonial indevida.
- B dano ao erário.
- C função pública do agente ou de prática do ato em coautoria.
- D ofensa ao princípio da moralidade.
- E ocorrência de dolo.

**Questão 63**

Julgue os itens a seguir, considerando as disposições da Lei n.º 14.133/2021.

- I Para a participação de pessoa jurídica na forma de cooperativa, exige-se que cada um dos cooperados cumpra os requisitos de qualificação e seja capaz de executar o objeto contratado.
- II O orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sigilo esse que não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.
- III Em contratação de serviços de engenharia, não se admite o regime de fornecimento e prestação de serviço associado.
- IV É dispensável a licitação quando inviável a competição.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B III e IV.
- C I e II.
- D I e IV.
- E II, III e IV.

**Questão 64**

Os impostos podem ser instituídos e cobrados por todos os entes federados, respeitada a competência privativa de cada um deles. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- I As alíquotas do imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários (IOF) podem ser alteradas por decreto pelo Poder Executivo.
- II Na majoração da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI), os novos valores só poderão ser cobrados depois de passado o prazo da anterioridade nonagesimal.
- III O imposto sobre grandes fortunas (IGF) carece de regulamentação por lei complementar para poder ser cobrado.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 65**

Nas ações judiciais em matéria tributária, devem ser observados os dispositivos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), no Código Tributário Nacional (CTN), no Código de Processo Civil (CPC) e nas leis específicas. A respeito desse assunto, julgue os itens subsequentes.

- I A dívida ativa da fazenda pública, independentemente da espécie, abrange atualização monetária, juros e multas de mora.
- II O contribuinte, na petição inicial do mandado de segurança impetrado em decorrência de lesão a direito líquido e certo de sua titularidade, poderá pleitear tutela de evidência.
- III A ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária pode ser utilizada para anular autos de infração.
- IV Caso o contribuinte queira contestar, via embargos, a ação de execução fiscal, o prazo é de quinze dias corridos a partir da intimação da penhora.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 66**

Em virtude de a arrecadação do sistema tributário nacional ser, para a maioria dos tributos, centralizada na União Federal, os demais entes federados precisam receber repasses federais para conseguir honrar suas despesas. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

- I A União repassa aos municípios parte da arrecadação concernente à contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados (CIDE-combustíveis).
- II No caso de imposto suplementar, a União não repassa aos estados e ao Distrito Federal parte da sua arrecadação.
- III Nas operações de ouro, a União não repassa parte de sua arrecadação aos demais entes federados.
- IV A União entrega parte da sua arrecadação do imposto sobre produtos industrializados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Partição dos Municípios.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas o item IV está certo.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 67**

Acerca das fontes do direito tributário, assinale a opção correta.

- A Os convênios que entre si celebrem a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios são fontes primárias de direito tributário.
- B As normas complementares do direito tributário podem prever a dispensa das penalidades por descumprimento de obrigação tributária acessória ou principal.
- C As normas secundárias compreendem a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, mas não decretos legislativos nem resoluções.
- D A expressão legislação tributária compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- E Não são classificadas como normas complementares as práticas reiteradamente usadas pelas autoridades administrativas.

**Questão 68**

Eventualmente, existe diferença entre a interpretação da legislação por parte do contribuinte e da autoridade fiscal, cabendo ao Poder Judiciário decidir as lides decorrentes dessas divergências. A esse respeito, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

- I É constitucional a incidência do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido sobre a taxa SELIC recebida pelo contribuinte na devolução de tributos pagos indevidamente nas ações de repetição de indébito.
- II O imposto de renda retido na fonte, incidente sobre valores pagos pelos entes federados, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, pertence aos municípios, aos estados ou ao Distrito Federal.
- III O auxílio-educação integra a remuneração do empregado, uma vez que é considerado salário *in natura*, razão pela qual incide a contribuição previdenciária patronal.
- IV Em razão da essencialidade dos serviços, a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços sobre operações de fornecimento de energia elétrica e telecomunicações não pode ser superior à cobrada sobre as operações em geral.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens II e III estão certos.
- C Apenas os itens II e IV estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**Questão 69**

A Carta Magna estipulou a competência tributária, a imunidade tributária, o alcance da norma e as limitações ao poder de tributar, parâmetros que devem ser respeitados pelos cidadãos e pelos entes federados. Acerca do tema, assinale a opção correta.

- A A cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público é considerada taxa, que não se inclui entre as espécies de tributo.
- B A União tem competência constitucional para instituir isenções de tributos da competência dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.
- C A CIDE-combustíveis poderá ter alíquota específica, tendo por base a unidade de medida adotada, e terá que respeitar o princípio da anterioridade nonagesimal no caso de ter sua alíquota reduzida e restabelecida.
- D Além do papel, a tinta destinada à impressão de livros também tem imunidade tributária de impostos.
- E Os videofonogramas contendo obras musicais de artistas brasileiros ou europeus, gravados no país em mídia física, apenas, têm imunidade tributária de impostos.

**Questão 70**

A obrigação tributária consiste na relação jurídica existente entre o contribuinte e o fisco, sendo composta por cinco pilares: o sujeito ativo, o sujeito passivo, o objeto, a causa e o domicílio. Diante disso, assinale a opção correta:

- Ⓐ Um exemplo de sujeito ativo indireto em matéria tributária é a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), uma vez que a anuidade cobrada de seus membros tem natureza tributária.
- Ⓑ Os efeitos da solidariedade tributária, no caso de concessão de remissão, quando outorgadas pessoalmente a um dos devedores, estendem-se aos demais.
- Ⓒ O cidadão que compra um terreno e, depois da transferência do imóvel em cartório, recebe notificação tributária de que há débitos de IPTU do exercício financeiro passado será considerado o sujeito passivo direto desse tributo.
- Ⓓ A obrigação tributária acessória surge com a ocorrência do fato gerador e tem como objeto as prestações, positivas ou negativas, previstas em lei.
- Ⓔ O tabelião tem responsabilidade tributária pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.

---

**Espaço livre**

---